

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Boa tarde, Presidente Mônica. Eu usei a palavra antes, o Ver. Pujol estava já encaminhando para a Ordem do Dia sem que nenhuma das lideranças pedisse a palavra depois do que ocorreu ontem, na Câmara. Só depois disso é que o Ver. Moisés, vice-líder do governo, resolveu falar sobre o assunto para tentar confundir. O seu partido, Ver. Moisés, eu não sei se o Aécio Neves, esse corrupto nacional, continua de presidente, presidente honorário, eu não sei; mas o meu partido é um partido que combate os grandes capitalistas – sim, nós temos um elemento ideológico – e combate a corrupção. E quando há problemas, nós falamos sobre os problemas; não somos como vocês que tratam de abafar os problemas. E tu, quando intervêns aqui, fala que teve alguém foi candidato pelo PSOL... Se foi escolhido no banco de talentos, nós vamos ter que ver esse banco de talentos. Porque eu desconfio, sim, que o banco de talentos é uma fraude do governo Marchezan – essa é a minha posição política, do que eu conheço sobre o banco de talentos. Agora, eu informei que nós vamos ter uma comissão parlamentar de inquérito onde vamos analisar o assunto. E, na condição de Presidente da CPI, eu não quero partir de pressupostos. Mas eu, como político, tenho o direito de ter os meus pressupostos e os meus pensamentos, e acho que o banco de talentos é, sim, uma fraude do governo. E talvez aqui, nesse episódio, tenha já se comprovado a fraude. Não sei! Não sei!

Agora, o que eu sei é que nós tivemos não só um problema envolvendo o Ver. Carús. O Ver. Carús não é só um vereador, ele é o Presidente de um partido político que tem sustentado o governo Marchezan. É o Presidente de um partido político que indicou cargos de confiança no DMAE e no DEMHAB. Se teve gente, tu sabes muito bem, eu não sei quem é que indicou, se foi o Mauro Pinheiro, como liderança da Rede – talvez em março o Mauro Pinheiro já não seja mais da Rede, talvez ele lhe acompanhe no PSDB, não sei o destino político do Ver. Mauro Pinheiro –, o que nós sabemos é que a Câmara de Vereadores tem, sim, função de fiscalizar o Executivo e a Câmara de Vereadores não tem que acobertar nenhum esquema de corrupção que exista no interior da Câmara dos Vereadores. É isso que nós sabemos, é por isso que nós nos pautamos. Nós não nos pautamos pelo cooperativismo da proteção mútua. Nós nos pautamos pela verdade, pela fiscalização e pelo compromisso com a coisa pública. Então, essa é a discussão. Quando eu usei a palavra para botar esse problema, é

porque eu acho grave que, no governo Marchezan, essa relação esteja estabelecida. Eu acho grave. Acho que a Câmara de Vereadores não pode abstrair que tenha uma cooperativa de crédito que, segundo o noticiário, eu não vi o trabalho policial... O que falei, quando a senhora não estava, é que o Delegado Max Ritter é um policial muito competente. A investigação da RBS mostrou representantes desta cooperativa de crédito, esta Unicred, quase como parceira desse sistema. Eu não vou fazer um pré-julgamento do Ver. Carús, mas o que eu disse, Presidente Mônica, é que o Delegado Max Ritter é muito sério. Então, não iria ocorrer o que ocorreu ontem, aqui, na Câmara de Vereadores – e eu vi a sua declaração dizendo que era algo inédito – de graça. Eu não acho que o Delegado Max Ritter iria atuar de graça, não, foi uma prisão impensável. O advogado do Ver. Carús é um dos advogados mais caros da banca do Rio Grande do Sul, o Advogado Jader Marques é um dos advogados mais caros. Então, para um vereador que estava muito endividado, os honorários desse advogado vão endividá-lo mais. Quem conhece o direito sabe disso. Então, eu não acho que possa dizer: “Não, não está acontecendo nada”. Eu não vou fazer juízo subjetivo da relação de cada um com o Ver. Carús. Não é isso. Eu acho que isso aí não é o caso. A grande questão é que relações políticas isso significa. São relações políticas ligadas ao vereador e ponto. Eu ouvi o MDB dizer isso... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Eu ouvi o MDB dizer que são problemas envolvendo o vereador, é a vida privada do vereador. Mas a Câmara tem de saber. Não era um vereador qualquer, era o presidente do MDB. E eu confesso para vocês que eu não vejo um bom histórico no MDB, quem me conhece sabe. São 50 anos governando o País. Os grandes líderes do MDB, todos, estão denunciados por corrupção, aí vão me dizer: “Não, aqui em Porto Alegre esse problema não existe”. Isso é no Brasil, no mundo e só aqui que não existe. Aí nós fazemos de conta que não existe. Não contem conosco para isso. Nós defendemos que se investigue, defendemos que se puna, defendemos que a sociedade conheça o que ocorre no Executivo, nas Câmaras de Vereadores, nos Parlamentos, nós defendemos que a sociedade controle a política, toda a política. Isso vai valer também para CPI, e a CPI tem esse papel, é isso que eu disse. E o Ver. Moisés resolveu falar... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do

pronunciamento.)... que é parte da CPI também, resolveu falar só porque eu disse isso. Terminei dizendo o seguinte: eu quero, Ver. Moisés, que a CPI se detenha em fatos, tu vais com a tua posição; eu vou com a minha, mas eu quero que a gente estude fatos, estude documentos, pegue depoimentos e faça um trabalho sério, é isso que a sociedade exige de nós, e é isso que nós queremos cumprir. Muito obrigado.

(Texto sem revisão final.)